

UM ETHOS UNIVERSAL? Breve ensaio sobre a pluralidade da moral

Fernando Magalhães¹

Resumo: Iniciada na *polis*, separada involuntariamente da política (a injusta má fama de Maquiavel contribuiu para esse escandaloso equívoco), seu retorno triunfal é o símbolo do demiurgo pós-moderno. Glorificada pela suposta moralidade contemporânea, se oculta nas trincheiras das mais horripilantes práticas. As “éticas” representam a *ética*. Quantas, afinal? Sua multiplicidade conduz à desconfiança. Como a constituição ética de uma sociedade – seu *ethos* – permite a convivência com uma infinidade de éticas concorrentes? Sua definição aporta na moralidade. Contradição? Entre os dois conceitos navega cambaleante o critério universal. A busca por uma ética universal, contudo, é apenas compatível com um estilo de vida em que a divisão de classes seja banida da face da terra. A hipótese concebível para alcançar essa finalidade reside, porém, numa contradição. A instauração de um *ethos* mundial exige, necessariamente, a criação de uma nova ética que reúna, em sua formulação básica, os anseios e esperanças das demais propostas até então existentes. Uma ética que subverta todos os valores vigentes. Uma ética *negativa* porquanto recusa, de maneira intolerante, toda doutrina intolerante. A questão a ser discutida é, então, a seguinte: admite a ética universal uma moral pluralista?

Palavras-chave: Ética universal, subjetividade, libertação animal

Abstract: Starting in the *polis*, departed involuntarily from politics (the bad and unfair fame of Machiavelli contributed for that shocking mistake), its triumphal return is the symbol of the postmodern demiurge. Glorified by presumed contemporary morality it hides behind the trenches of the most terrible practices. Many “ethics” represent The *Ethics*. How many, after all? The multiplicity carries us out to suspiciousness. How the ethical constitution of a society – its *ethos* – allows the familiarity with a countless of opposite ethics? Its definition gives to morality. Contradiction? Between the two concepts drives – staggering – the universal criterion. The search for a universal ethics however, is only compatible with a way of life in which the classes division is to be vanished from the face of the earth. The conceivable hypothesis to reach out that aim, nevertheless, lay down in a contradiction. The set up of a worldwide *ethos* requires, necessarily, the raising of a new ethics that unites, in its basic expression, the desires and hopes of all other current proposals so far. An ethic that overthrows every dominant value in our societies. A negative ethic as it refuses, in an intolerant way, every intolerant doctrine. The point to be discussed is the following: does the universal ethics admit a pluralist moral?

Key-words: Universal ethics, subjectivity, animal liberation

¹ Fernando Magalhães é professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, e membro do Doutorado Integrado de Filosofia UFPE-UFPB-UFRN. Além de artigos e capítulos de livros em diversos periódicos e coletâneas, publicou, pela Editora Cortez (São Paulo: 2004), o livro *Tempos Pós-Modernos. A globalização e as sociedades pós-industriais*; pela Editora Unisinos (São Leopoldo/RS: 2006), *À Sombra do Estado Universal. Os EUA, Hobbes e a Nova Ordem Mundial* e, pela Vozes, em 2009, *10 Lições Sobre Marx* e *10 Lições Sobre Hobbes*, pela Vozes, em 2014. Tem três outros livros e anais organizados em parceria e isoladamente.

Tornou-se moda. A ética é a nova panaceia para os males do mundo. Adquiriu carta de “personalidade” (penso, aqui, particularmente no personalismo), à medida que o percentual de elaboração de conceitos sobre ética depende da multiplicidade de seus autores. Infundável, por assim dizer. Não surpreende que até o reino da animalidade irracional seja contemplado com supostas éticas. Que se pense um pouco no surgimento desse conceito, ou melhor, na sua fonte primordial. Iniciada na *polis*, separada involuntariamente da política (a injusta má fama de Maquiavel contribuiu para esse escandaloso equívoco)², seu retorno triunfal é o símbolo do demiurgo pós-moderno. Glorificada pela suposta moralidade contemporânea, ela se oculta nas trincheiras das mais horripilantes práticas. As “éticas” representam a *ética*.

Quantas, afinal? Sua pluralidade conduz à desconfiança. Como a constituição ética de uma sociedade – seu *ethos* – permite a convivência com uma infinidade de éticas concorrentes? Adicionalmente, seu nascimento – bem como sua trajetória – exige uma necessária relação entre subjetividade e objetividade, o que indica a existência tanto da atividade entre seres humanos condicionados historicamente por um estilo de vida quanto por sua capacidade de escolha³. Se levarmos a sério o novo tipo de moralidade que se quer impor às sociedades contemporâneas, do macaco às ratazanas de laboratório, passando pelo mercado da clonagem, parece emergir uma nova espécie de sujeito.

Um estranho sujeito

Interesses dos animais, eis o novo tipo de “proposta ética”. Qual sistema concordaria em reconhecer uma “subjetividade” entre animais não humanos? Será o leão faminto capaz de deixar escapar a gazela por piedade, considerando a possibilidade de que ela possua um bando de filhotes para criar e alimentar? Ou um símio reprimir suas necessidades fisiológicas por que a jaula do zoológico não possui um compartimento privado onde ele possa “aliviar-se” longe dos olhos alheios dos curiosos? A moral exige, antes de qualquer coisa, a possibilidade de escolha, ou seja, entendimento do sujeito para a realização de um determinado ato.

² Há hoje incalculável quantidade de trabalhos que advogam o falso entendimento sobre a “amoralidade” de Maquiavel. O pensador florentino não contestou a moral em si, mas a moral cristã vigente em benefício de uma moralidade republicana. A despeito de todas as provas em contrário, o termo maquiavélico, contudo, como lembrou Glaude Lefort em algum lugar, permaneceu como “o nome do mal”, e por mais que tenhamos conhecimento dos verdadeiros objetivos de Maquiavel, o vocábulo não tem condições de ser recuperado como, ao contrário, se faz, atualmente, com a obra de Maquiavel.

³ Explicável, mais abaixo, no breve mapeamento conceitual.

Entendo o inesgotável zelo que muitos ativistas – preocupação com a qual compartilho certa simpatia crítica – possuem pelos *direitos* dos seres irracionais. É difícil permanecer insensível perante uma cena em que alguém espanca um burrico em plena rua ou maltrata um cão atirando pedras pelo fato de encontrar-se revirando uma lata de lixo para saciar sua fome. Esclareço, porém, duas questões. Uma diz respeito à proteção, isto é, ao esforço desenvolvido pelas organizações protetoras dos animais, e por alguns filósofos, no sentido de evitar o mau trato e a tortura a que eles são submetidos levemente.

Abusos sistemáticos contra a espécie não humana, em que sofrimentos físicos e psicológicos justificam o enriquecimento de indústrias de cosméticos (o embelezamento supérfluo de seres humanos, a “elegância” não só das mulheres, mas de ambos os sexos, para manter a aparência às custas das peles de seus parentes inferiores – na classificação darwiniana), são severamente questionáveis. Outra questão, entretanto, está em jogo. Difícil falar de igualdade entre ratos e homens quando estes últimos sequer obtiveram sua própria libertação.

Após mais de 150 anos quase nada se aprendeu com a lúcida reflexão de Marx acerca da emancipação dos judeus na Alemanha. E estes não tinham qualquer relação com o objeto aqui tratado, à medida que o debate girava em torno da libertação de seres humanos. A situação, contudo, exige uma analogia. Do mesmo modo que àquela época o que importava não era a libertação de um grupo específico, o presente busca guarida em argumento semelhante. Em primeiro lugar, e acima de todos os interesses duvidosos – de indivíduos ou de espécies animais inferiores –, presume-se a satisfação das conveniências humanas. Morresse de fome, na Índia, por exemplo, enquanto uma absurda veneração pelo gado bovino é permitida em nome de uma cultura em que a subordinação do ser humano ao mugido dos quadrúpedes é “sagrada” tolerada.

Existe, obviamente, uma imensa diferença entre as espécies, não obstante a retórica que sustentam certos filósofos e fanáticos da bioética. Acredito, honestamente, que as investigações que vinculam “a ciência da vida ao estudo dos valores” aprofundaram as discussões sobre temas antes raramente abordados. Endereço-me, apenas, aos doutrinários de todos os gêneros que são incapazes de distinguir a experiência necessária e “inevitável” realizada pela ciência séria da monstruosidade ostensiva e superficial da moda, ou a simples constatação de que, em todos os aspectos da vida, o homem é – queiram ou não os avatares da inversão antropológica – hierarquicamente superior aos animais – da bactéria ao seu primo mais próximo.

A natureza ambígua do politicamente correto

Não me refiro apenas à constelação dos seres vivos que circulam em torno do homem. As maiorias tornam-se párias da sociedade ou prisioneiras do totalitário princípio do politicamente correto. O fundamentalismo teórico-prático busca reduzir, ao extremo, a natureza mesma do objeto (ou do sujeito). Exclui a própria essência da “coisa” almejada. Contradição já apontada pelo filósofo e psicanalista esloveno, Slavoj Žižek, que repudia, obstinadamente, as razões pelas quais se vilaniza a essência dos produtos: café sem cafeína; leite sem lactose⁴ – o nutriente das crianças; cerveja sem álcool. Cria-se uma comoção em algumas organizações defensoras dos direitos humanos quando os direitos de um assassino em série ou de um suspeito de crimes de guerra são violados, enquanto ignoram-se as violações maciças dos direitos humanos das vítimas; esconde-se o racismo e o preconceito sob o manto de novas terminologias: afrodescendentes, portadores de deficiência física, transtorno bipolar (em substituição à expressão maníaco-depressivo), como se a mudança de nomenclatura acompanhasse o fim de todos os problemas.

Invoca-se a obrigação de ser respeitoso a todo instante, eliminando as paixões intrínsecas ao ser humano etc. Confunde-se o palavrão com a pornografia, acreditando-se que suprimindo o primeiro a segunda desmancha-se no ar inevitavelmente. Sem qualquer intenção de transformar temas sérios em anedotário, é preciso indagar se alguém por mais educado que se tenha conhecimento, se sentiria satisfeito, após levar uma “trombada” com certo grau de dor física, em reagir ao ato com um gesto suave ou uma palavra tão simples como um “ora bolas”. A própria literatura está repleta de termos pouco usuais nas conversas cotidianas. Não se pede, está claro, que as pessoas exibam seu desagrado lançando mão, a todo o momento, de intempestivas e inadequadas insolências. Condeno, apenas, o excesso de “boas maneiras” como se fossem as palavras lapidadas o último recurso para a boa convivência entre os seres viventes.

Devemos ser polidos à exaustão. Levantar a voz, jamais! A contestação deve brotar do sussurro. As manifestações de protesto devem manter-se na mais ordeira e reverente moderação, ainda que os “bastões de amoldar ideologias” – conotação atribuída por Mafalda, famosa personagem do cartunista argentino Quino, para designar os cassetetes policiais –

⁴ Evidentemente há um grande avanço nessas descobertas que auxiliam, sobremaneira, a todos aqueles que sofrem de alergia devido a determinadas substâncias. Mas se trata de exceção e não da regra. O grave problema é a quase criminalização do indivíduo que se aventura para além dos limites estabelecidos por uma minoria quase sectária que quer impor, “ao outro” uma dieta rica (???) em folhas. Adeus vitamina B12 (as sintéticas não são tão relevantes para a criança quanto as provenientes da carne animal).

bailem sobre as cabeças de cidadãos desarmados e indefesos. Contenham sua hostilidade. Nossos cães estão livres das coleiras, bradam governantes e comandantes das forças de repressão. Sejam dóceis e não se comportem como nós. Somos os únicos autorizados a bater até a morte, legitimados que estamos pelo poder a nós conferidos pela Constituição. Viva Weber!

Aconselha-se à multidão a um comportamento que a leve aos hospitais: traumatológicos ou psiquiátricos. Não lembrava Freud, que a exagerada repressão ao instinto de agressividade é nocivo e conduz o indivíduo, de modo geral, à doença? Não me entendam mal. Não existe, de minha parte, incentivo à violência gratuita, à agressão física ou mental a quem quer que seja. Aponto, apenas, para um discurso ideológico que, sob o título de “politicamente correto” vem substituindo todo ímpeto humano direcionado à crítica e à recusa de tudo que é estabelecido e considerado imutável. Sob os olhares de cordeiro dos membros de uma sociedade apática, obtemos o recibo de demissão da condição humana.

No mundo anglo-saxão, a humanidade é destituída de sua própria história, à medida que o vocábulo *history*, em inglês, “contém” elementos do chauvinismo, porque o prefixo *his* implica em pronome masculino: a história *deles*, do homem. A solução para o impasse não é a igualdade, mas o estímulo à diferença. Entra em cena a guerra dos sexos; *herstory*, a história *delas* (*her*), das mulheres, é o caminho da salvação. Além do que se universaliza uma língua específica. A palavra *história* parece derivar do inglês e não do grego (*ιστορία*). A grande polêmica, contudo, atém-se ao mundo das espécies e não do gênero. Difícil comparar as duas categorias. A racionalidade é o elemento primordial de toda discussão, notadamente porque esta não pode ser travada entre membros de espécies diferentes. O “diálogo” entre homem e animal ocorre por meio do condicionamento e não do *logos*. Não há discurso entre a serpente e o aracnídeo, entre o bisão e o jaguar, nem entre o papagaio e sua dona. O que existe, aqui, é a mimese.

O homem é o único animal que pensa e que é capaz de produzir conscientemente. O animal, por mais domesticado e condicionado que seja, não se põe diante do dilema moral: “devo ou não fazer isso?” “Fere os meus princípios optar por tal ou qual ação?” Não me entendam mal. Não se trata de incentivar uma “caça” – ou mesmo extermínio – à espécie irracional. O mundo em que vivemos, contudo, é obra do homem. Estaríamos habitando as florestas, as árvores ou as cavernas se o destino do planeta fosse entregue às bestas. É óbvio que, não raro, assumimos essa condição e não precisamos recorrer às feras para exterminarmos a nós próprios.

As guerras, os trabalhos de mutação genética de vírus e bactérias, e os próprios interesses econômicos que dizimam milhares de cidadãos, demonstram nossa capacidade para a autodestruição. E, não raro, executamos, com desembaraçada cortesia, nossos semelhantes por meio da legalidade. Um filme de Jamie Uys, da década de 60 do século passado, intitulado *Dingaka*, narra a saga de um aborígene em busca de vingança contra o homem que matou sua filha. O promotor convence-o de que a execução pelas mãos de particulares é um comportamento bárbaro e que deveria deixar o trabalho de punição para o judiciário (leia-se, o homem branco). E acrescenta ironicamente: “Somos civilizados; faremos isso por você”.

Em que pese o sarcasmo, o fato é que entre a vingança privada e a justiça pública há um inegável avanço. Há, entretanto, justiça na vingança, no olho por olho, na pena de morte? A celebração norte-americana em seguida ao anúncio do assassinato de Osama Bin Laden não merece a rubrica de ritual selvagem antes do que justiça? A horda faz sua aparição no centro do mundo civilizado. Ou melhor, a horda é a civilização. E querem nos convencer de que Marx, Rosa Luxemburg, Adorno e Benjamin estão superados.

Em todo caso, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, os avanços registrados em relação aos direitos humanos, e a própria luta contra o comportamento abusivo que se faz dos animais deve-se ao homem e não ao porco ou à formiga. Digo abusivo porque confesso, com toda a honestidade, que se a vida de um ser humano depender do fígado do animal (no caso o próprio suíno, aquele que tem esse órgão mais assemelhado ao do homem), o último deve ser sacrificado em benefício daquele. Se a morte de centenas de roedores contribuir para salvar a vida de um único ser humano, não terei o menor escrúpulo em optar pelo “genocídio”⁵ dessa espécie responsável, inclusive, pela dizimação de milhares (ou milhões?) de homens, mulheres e crianças por meio da peste e outras doenças.

Certo! A responsabilidade por muitos dos nossos males cabem ao próprio homem. Em seu anelo de acumulação de riquezas dezenas de indústrias invadem o *habitat* de espécies inferiores (muitas delas vivendo no interior das florestas desmatadas sem qualquer tipo de planejamento), cuja única forma de sobrevivência é a fuga para as cidades mais próximas. Sejam sensatos, porém. A irresponsabilidade ou atitude criminosa de madeireiras e outros tipos de empresas justificam a defesa indiscriminada de perigosos animais que transmitem, por meio de bactérias, vírus e outras espécies de vida, moléstias fatais aos seres humanos?

⁵ O termo é forte e provavelmente impróprio, mas utilizo-me do recurso à metáfora mais do que à ação em si. Em última instância, permanece válida a idéia de eliminação em massa de espécies que possam contribuir para o extermínio da raça humana. Alguém se sente à vontade com a existência do mosquito que provoca a dengue – e agora a doença da moda chamada de *chikungunya*? Não se luta pela sua extinção?

Que se criem viveiros de dengue em nossos lares, pois toda forma de vida deve ser preservada! Que bactérias anaeróbicas inundem as UTIs dos hospitais; que as baratas infestem nossos lares; afinal, foram os homens que as importaram. Agora, paguem pelos seus “pecados”. O mundo é de todos, talvez até mesmo, e de modo particular, dos seres não humanos.

Mas nenhum deles, mesmo o mais inteligente membro da raça símia, substituirá o que a humanidade construiu se esta deixar de existir. Não fosse a pesquisa com os “macaquinhos”, em que ponto estaria o trabalho de Jonas Salt em relação à poliomielite, cujo prosseguimento levado a fundo por Albert Sabin erradicou, praticamente de todos os países, a morte de incontáveis inocentes? Há sempre a possibilidade de novas alternativas, a busca de caminhos diferentes. Argumentação que, admito, tem certo valor. Não desconheço essas razões. A questão que se põe é a seguinte: há algum instrumento capaz de medir o tempo entre o final da experiência com animais e a descoberta de novos métodos que levem à cura de uma doença? Sempre é bom recordar que, enquanto a vacina da poliomielite era desconhecida, milhares de jovens agonizavam em leitos de hospitais até serem sepultados, aguardando uma cura sem esperança – quando não encaravam uma “morte psicológica”, atados a uma cadeira de rodas, paráliticos *für ewig*. A espera de uma alternativa, que pode levar anos, vale a dor de dezenas, centenas ou milhares de humanos? A libertação de alguns poucos símios e ratos – ou mesmo de uma dúzia deles – compensam a morte de duas ou três crianças – ou mesmo adultos?

A relativização total da realidade, do mundo, da cultura e da ética – naturalmente, não proponho aqui qualquer definição de verdade absoluta; chamo atenção, apenas, para o excesso do relativismo ou o exagero do princípio da universalidade – lança sobre todos nós princípios e valores que escapam às mais elementares regras da racionalidade. Perdoa-se, facilmente, a mutilação das mulheres (extração dos órgãos genitais femininos para evitar a satisfação sexual) e sua “escravização” em certas sociedades simplesmente porque estas se opõem ao imperialismo norte-americano. Admite-se o nascimento de seres acéfalos (os fanáticos antiaborto) diante do vago pressuposto da exigência do direito à vida. Vida? Recusa-se, sob qualquer circunstância, a utilização de cobaias destinadas à descoberta de medicamentos destinados a diminuir a dor e o sofrimento humanos. Que libertem os animais das dores da experiência! Deixem que os humanos sofram na sua maldade.

Veja-se, por exemplo, o enfadonho e repetitivo livro de Peter Singer, *Libertação Animal*. Se tem o mérito de denunciar experiências cruéis e desnecessárias com animais, em

alguns aspectos dá impressão de tratá-los de modo superior ao homem. Crítica, acertadamente, o modelo quase criminoso em que vivem enjaulados galinhas, vacas, porcos e outros de seus imensos amigos. Nenhuma palavra, porém, ouvimos dele contra outro tipo de prisão, até mais grave do que aquele que combate: a superpopulação carcerária. As jaulas humanas parecem não despertar-lhe qualquer espécie de simpatia.

Imagino, então, que não há lugar para o universalismo e que a expansão (e o excesso) do relativismo nivela o homem ao inseto. Não dizia Marx, no Livro I de *O Capital*, que a diferença entre o pior arquiteto e a melhor abelha consiste no fato de que o primeiro, ao edificar uma casa, já a havia concebido em sua mente (ou seu cérebro)? Não se trata, é evidente, de promover matanças indiscriminadas ou de voltar ao formalismo kantiano. A questão que se põe é saber se a quantidade de “éticas” abundante entre nós corresponde a sua etimologia determinada historicamente ou se nos encontramos frente a uma interminável formulação de conceitos díspares tão incomensuráveis que o sentido do vocábulo termina por desfazer-se numa obscura névoa de linguagem.

O dogma é a última coisa (ou a coisa a ser extirpada da filosofia) a que se propõe este trabalho. Longe de mim limitar obrigatoriamente um fato objetivado em dado momento – ainda que posterior ao seu instante da descoberta – a sua origem. Não há uma relação mecânica e automática entre os dois horizontes. Não se despreze, porém, a gênese de um conceito. O resultado do processo evolutivo e sua posterior transformação não anulam o conhecimento da fonte. É ela que nutre o desenvolvimento subsequente de uma concepção – independentemente de sua *transponibilidade* ou *reconstrução* sobre novas e diferentes bases – e oferece elementos para a compreensão dos vários estágios percorridos e da situação em que se encontra. Retome-se sua visão primitiva.

Mapeando um conceito

O termo *ethos* deriva de duas palavras gregas com significados aproximados, embora não idênticos. O primeiro, com a letra **eta** (*ἦθος*), denota a morada, habitação, lugar de permanência e abrigo, espírito ou gênio protetor do homem. A segunda, com a letra **épsilon** (*εθος*), conota caráter, costume ou hábito. Desconhecedor da noção de individualismo, o homem antigo enxerga, na ação doméstica, a extensão de sua atividade na *polis*. A felicidade e o bem-estar da cidade dependem do comportamento geral e pessoal de cada um em sua prática cotidiana. Como poderia a morada do homem ser feliz, se o espaço mais vasto em que ele habita – sua terra – não se encontra em harmonia? O bem desejado para o lar é extensivo à

polis; o modo de vida pertinente a esta reflete o comportamento do indivíduo em sua própria casa. O hábito desenvolvido em uma delas é o costume empregado na outra e vice-versa.

A ação praxiológica e dialética (o *fazer* habitual em sua totalidade, a práxis, o ato criador) entre indivíduo, habitação e cidade forma um código de conduta que a sociedade – ou as sociedades – adota em determinado momento da história. É a esse conjunto sistematizado de normas que se atribui o nome de *Ética*. Sua inauguração, portanto, desvela o segredo do seu conceito. Vinculada historicamente a certo estilo de vida, a natureza ética de uma sociedade restringe-se aos hábitos e costumes de sua própria época. Permite-se, visto por esse ângulo, a legitimação de formas de controle social que para muitos parece indigna e ultrajante: a escravidão entre os gregos e os romanos, para nós, cidadãos da chamada pós-modernidade, ou a exploração capitalista para todos aqueles que possuem tendência para o socialismo (ou mesmo para os que, sentindo pouca estima pelo modelo socialista, buscam uma visão anticapitalista idílica e romântica da sociedade).

Contudo, como condenar um antigo pelo fato de possuir uma “propriedade” que pensa e que fala, à medida que tal hábito (possuir escravos) é aceito espontaneamente por todos? Não se age de forma antiética e nem mesmo fere normas jurídicas. A escravatura é, à época, legal. Como acusar de injusto um empresário que demite centenas de trabalhadores para maximizar seus rendimentos? Não é o objetivo do capitalismo a competição para garantir a subsistência diante dos concorrentes? Não é a finalidade do sistema produtor de mercadorias obter lucro por meio da extração da mais-valia ou da valorização do capital por outros meios? Marx já mencionara, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* que a moral o capitalismo é o ganho. Por isso não enxergava no capitalismo um regime injusto, mas historicamente necessário⁶. Que não se confunda esses comentários com a aceitação do princípio ético puramente objetivo. Descrevo, simplesmente, a gênese do conceito de ética cujo conteúdo subjetivo é encorajado pelos indivíduos de modo prático, estabelecido em sua materialidade primordial.

Importante a descrição para a compreensão de sua origem, mas não é suficiente para entendê-la em seus aspectos normativos, o que supõe não só as múltiplas formas em que ela se manifesta, inclusive no caráter moral. Volto, então, à formulação inicial que envolve

⁶ Devo dizer, no entanto, e sem nenhuma intenção de aprofundar-me no assunto, que as observações de Marx a esse respeito são ambíguas. Não obstante sua “neutralidade” ética, ele condena, em várias passagens de *O Capital*, nos *Grundrisse*, e mesmo em outras obras, a degradação moral dos trabalhadores sob o sistema capitalista. Marx parece denotar, nessas críticas, um apelo moral que talvez ele próprio não tome consciência de suas palavras.

uma interpretação para além de uma posição estática do significado da ética. Explicada sua origem como exposta acima, fácil torna-se a dedução.

A ética é um produto histórico, resultado do modo de vida de indivíduos em sociedade em momentos específicos. É criação grega por excelência. A conquista da Grécia pelos romanos provoca formidável impacto cultural sobre os últimos. Assimilada pelos conquistadores a cultura dos dominados, a própria noção de ética incorpora-se à estrutura organizacional do povo romano. Traduzido para o latim, língua dominante de então, o vocábulo grego é compreendido como um sistema de costumes denominado *mores* (aqui empregado no plural) do qual provém nossa ideia de *moral*. Nesse sentido, não há diferença conceitual entre ética e moral; ambas se equivalem na dimensão genérica conferida à atuação do homem nas relações sociais com seus semelhantes. Equiparação que sofre ligeira modificação no que diz respeito às características intrínsecas de que são dotadas as duas formações sociais da antiguidade.

A moral romana ressent-se de uma concepção filosófica mais abrangente, e o elo que une morada e costume não tem a mesma força vinculante do princípio universal que sugere a integração humana num projeto, se não unificador, pelo menos aproximadamente uniforme de valores. O pragmatismo romano dispensa a abstração tão cara aos gregos em benefício de uma valoração de hábitos mais concreta, materializada no cotidiano dos indivíduos. A abstração grega não despreza a realidade. A *praxis* está presente no dia a dia dos indivíduos. A preocupação com a *polis* e o cuidar de si e do outro atestam a unidade entre objetividade e subjetividade.

Os romanos não se ocupam, com acuidade, do apelo abstrato. Seu envolvimento é prático. Não despreza o sujeito, mas não o eleva à categoria filosófica no mesmo nível que os pensadores da *Hélade*. O que cada indivíduo deve ou não deve fazer preside as relações sociais em seu conjunto, ainda que resíduos de uma visão coletiva emanados do *ethos* expropriado conduzam o cidadão de Roma por caminhos que incluem, em sua estrutura política, a noção de bem comum objetivada na instituição que concede vida à cidade: a república. Essa concepção pragmática da vida diária nutre, posteriormente, as variadas acepções de ética e moral. Não interessa, para este estudo, promover um balanço dos diversos conceitos de ética nem mesmo produzir uma análise da diversidade da moral. A pluralidade de que falo refere-se ao dilema individual de cada agente diante de uma situação concreta no interior de um sistema que acolhe um código de conduta específico e geral.

A historicidade⁷ da ética, portanto, indica uma afinidade com modos de produção vigentes. Observa-se, assim, um *ethos* antigo, um medieval, um capitalista e, a depender do futuro, a probabilidade⁸ de um estilo de vida socialista, aos quais correspondem às morais típicas de cada um em especial. Restrinjo-me, nessa discussão, ao modo de ser capitalista com suas idiossincrasias e vicissitudes. Consiste, o seu referencial, nas características supracitadas: lucro, concorrência, individualismo etc. Características que compõem a essência da formação-social contemporânea. Nada impede, contudo, que a predominância de um sistema ético veja-se assaltada por uma pluralidade de condutas particulares que, não obstante confirmem a dominação daquele tendem, não raro, a entrar em conflito com ele.

Tomo primeiramente, como exemplo, a moral religiosa. Há muito a moral protestante⁹ não é tida exclusivamente como emblema do espírito do capitalismo. O catolicismo, o judaísmo, o islamismo (os negócios norte-americanos em vários países mulçumanos comprovam isso) e tantas outras espécies de religião envolvem-se diretamente com os ganhos do capital e com a atual visão globalizante do mundo. Ainda que as igrejas sejam representantes oficiais desse modo de ser específico, não é óbvio, para muitos que abraçam a causa religiosa, que o capitalismo se apresente como modelo ideal e configurativo da raça humana. A *Teologia da Libertação* manifesta-se como uma instância típica do combate ao capitalismo, ainda que suas teses nem sempre obtenham aprovação oficial. Ilustro o trecho mencionado com o exemplo de uma corrente específica, ainda que não faltem adesões individuais de intelectuais que abraçam a causa religiosa, mas recusam o capitalismo. O elenco aqui citado é pouco numeroso: Ernest Bloch, Hans Jonas, Henrique Dussel, Leonardo Boff, entre outros. A representatividade, porém, é visivelmente qualitativa.

Num segundo momento, empresários (evidentemente uma minoria, mas que confirma a regra) veem-se diante de forte dilema pessoal quando se trata de demitir um bom número de trabalhadores, não exclusivamente para aumentar o lucro, mas no intuito de salvar a empresa e, às vezes, o próprio emprego de seus funcionários. Sem mencionar a diferença de moralidade entre as camadas menos instruídas da população e as classes alta e média. E o que

⁷ Seguramente toda moral também é histórica, mas muda mais rapidamente do que a ética, que está vinculada, com maior densidade, a um modo de produção particular.

⁸ Um bom número de marxistas substituiu o princípio da verdade pelo de chance provável evitando, dessa maneira, o tom determinista da inevitabilidade do socialismo.

⁹ Evito propositadamente em falar de ética, como fez Max Weber, precisamente em função da tese que fundamenta este texto. Como forma particular de uma crença gerada pelo regime capitalista (e sua ética), o protestantismo, assim como as demais religiões que fazem parte desse sistema, são produtos singulares e, portanto, morais, de um mesmo *ethos*.

pensar da moral das classes trabalhadoras em oposição àqueles que são responsáveis pela sua miséria material e espiritual? Antagonismos que ocorrem no interior de um sistema que possui um *ethos* específico de determinada época. Há um *sensu comum* em torno dos valores e hábitos da ética dominante, o que não é óbice à diversidade de valores opostos.

O próprio liberalismo esgrime uma oposição interna. Adeptos dessa linha de pensamento empenham-se em exaltar a inoculação de talentos, a critério dos pais, em embriões em formação, tendo em vista a futura profissão dos filhos. O procedimento sobre rejeição a rejeição de liberais sociais que, sob alegações morais – como o faz Habermas – questionam a total ausência de liberdade a que se submetem aqueles que não tiveram chances de optar livremente pelo seu próprio destino.

Impossível, portanto, como percebe Engels, uma moral universal numa sociedade tão dividida em classes como a capitalista. A questão que se impõe, então, é a de saber se há condições, num futuro próximo, de conciliação entre ética e moral numa forma de vida universal. Em princípio, todo *ethos* é mundial se levada em consideração sua constância histórica – e até onde penetra o sistema político-econômico hegemônico –, segundo a proposição aqui enunciada. O capitalismo alcança, praticamente, quase todo o globo terrestre e seus valores são aceitos genericamente, embora haja que os conteste. Daí as múltiplas morais que vagueiam no centro de sua própria estrutura social, inclusive a moral socialista. A formação de um novo *ethos* pode emanar, assim, de uma das diversas morais que se eleva a um “nível ético” diferenciado e oposto àquele predominante.

Conclusão

Não é meu propósito, nestes breves comentários, formular hipóteses a respeito da superação do estilo de vida prevalecente, em que pese a expectativa dessa possibilidade. Não haveria muito sentido escrever acerca de um tema sobre o futuro da ética sem admitir a necessidade da luta pela transformação social e a liberdade humana. Minha intenção, neste trabalho, porém, é apenas sugerir que, ao se tornar um problema de escolha, a sociedade do futuro, ainda que reúna condições para a emancipação das necessidades que se opõem ao pleno desenvolvimento do homem – ou, em último caso, supere as tensões inerentes às sociedades de mercado –, conviverá com uma série de opiniões divergentes em termos de julgamento de valor (não obstante predomine um tipo de costume, em especial).

Argumento que me parece implícito na *Ideologia Alemã*, no célebre trecho em que Marx e Engels condenam a “esfera de atividade exclusiva”. Caçador pela manhã, pescador à

tarde ou pastor à noite – como expressam ambos –, o homem é igualmente crítico após as refeições. Não há crítica onde inexistente discordância; não há discussão onde todos concordam uniformemente sobre *todas* as coisas. Vista por esse aspecto, dificilmente a moral se identificará ao princípio ético emergente ou estabelecido. E nesse mundo – como no atual – não está incluída, certamente, uma moral não humana. Os seres não humanos não fazem história, não possuem subjetividade nem condições de alternativa.

Por mais pluralista que se conceba uma sociedade, ou menos imperfeita que ela se desvele, torna-se inimaginável, para nós, presenciar um diálogo de gansos ou testemunhar um debate entre gorilas em que eles discutam a alternativa entre permanecer cobaias ou rebelar-se contra os cientistas responsáveis pelo seu cativeiro. O *Planeta dos Macacos* é obra de ficção e não realidade. Em resumo: a sensatez estimula a proscrever qualquer tipo de ética animal ou o que é mais complexo, a idéia de direitos iguais o que sequer, até o momento, existe entre os homens. Acredito que nada disso mudará com o advento de uma sociedade mais evoluída.

Em todo caso, provavelmente o novo *ethos* – se falamos aqui de uma sociedade que se aproxime daquela descrita por Marx em seus escritos¹⁰ – será, se não completamente, o mais universal e abrangente de todos, à medida que a pré-história da humanidade deixa para trás os problemas mais graves e prementes. O homem, todavia, permanecerá em busca de opções para um aperfeiçoamento sempre maior, o que implica uma gama de opiniões contraditórias, ainda que não necessariamente antagônicas. O futuro pode até *determinar* uma universalidade duradoura da ética em sua perspectiva extrínseca, objetiva, mas permanece duvidosa a possibilidade da moral tornar-se única para sempre. A menos que a recaída na barbárie reorienta, outra vez, o destino da humanidade.

¹⁰ Engels, em mais de uma ocasião (*Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, e Carta a August Bebel, de março de 1875), afirmou que não acreditava que pudesse existir uma sociedade perfeita e igualdade total, pois de um lugar para outro, segundo ele, sempre haveria alguma desigualdade nas condições de vida.